

INVASÃO DAS MULTIS

Aluta dos Sateré contra o petróleo

Como os Sateré-Mawé conseguiram aguentar a invasão de suas terras, efetuada em agosto pela multinacional Elf Equitaine, sem violência, ninguém pode explicar. O tuxaua geral, Donato Lopes da Paz, atribui ao fato de "sermos um povo de paz, por natureza". Mas que seu primeiro impulso foi atear fogo no acampamento, destruir máquinas, e, principalmente, o depósito de bebidas alcoólicas, isso eles admitem. E assim será daqui por diante, quando os Sateré não aceitarem mais qualquer imposição.

Aqui surgem dois exemplos de pouco caso, desentendimento e corrupção: primeiro a Funai acusando o governo federal de não ter tomado as menores precauções ao escolher os locais para os contratos de risco (nem ao menos observado a incidência em áreas indígenas); depois, a Petrobrás e a Elf Equitaine lavando as mãos, atribuindo à Funai toda responsabilidade de não ter ouvido os índios, como manda a lei 6.001 — Estatuto do Índio.

De qualquer forma, com a intervenção do Cimi, houve uma reunião entre Funai, índios, Petrobrás e a Elf. Os tuxauas presentes permaneceram unânimes, não queriam acordo com a empresa estrangeira. Teve briga, o representante da Funai saiu antes de terminar a discussão, as petroleiras deram de ombros, os índios ficaram falando sozinhos. De nada adiantou: "se é multi, pode ficar".

E a única reserva indígena demarcada do Amazonas foi invadida. Legalmente os Sateré sabem que o poder de exploração do subsolo está nas mãos do governo. No entanto, conhecem-se como proprietários da área de 783 hectares, cortada pelo rio Andirá. Ainda, que lhes estão reservados todos os direitos de posse e aproveitamento das riquezas naturais do solo. "Então, como alguém pode entrar em nossas terras sem conversar com a gente, sem nosso consentimento?" Perguntou o tuxaua Donato no último dia 3 de outubro.

Raimundo Ferreira da Silva, o Sateré Dico, representante de seu povo em Manaus, confessa que não consegue entender como se pode explorar petróleo sem que se mexa no solo. "Então a terra já não é mais nossa".

Cachaça e filme pornográfico na aldeia (??)

Nem bem a Elf se instalou na região, à dois quilômetros da aldeia Ponta Alegre, foi recebendo a visita dos proprietários. Dos dois mil Sateré que moram ali, pelo menos mil já cortaram a mata para ver o que estavam fazendo em suas terras. Uns vão pela curiosidade, conhecer de perto os pati-pati, nome que deram aos helicópteros. Outros, porque podem comprar cerveja, cigarro. Alguns, os mais amigos dos trabalhadores, para ver filmes pornográficos.

O Cimi lançou uma nota recentemente, afirmando que "nunca se favoreceu tanto, de uma só vez, o desrespeito ao Estatuto do Índio". E a primeira coisa que se pode pensar é que o "órgão tutor" não sabe disso, pelo menos o que está se passando em Ponta Alegre. Mas, não é verdade. "Eu vi os filmes pornográficos", afirmou também no início de outubro, o chefe do posto, Vitor Santana. E com ele estavam índios menores de 18 anos. Isso Vitor também viu, consentiu. "Agora já estou tomando minhas providências".

As vistas de funcionários da Funai, do tuxaua geral do coordenador do Cimi Norte I, Dico provou que no acampamento se vende cerveja. Enquanto todos conversavam com Antonio Pereira, o gerente da CBG (Companhia Brasileira de Geofísica, contratada pela Elf para os trabalhos sísmicos), ele foi ao depósito e trouxe uma lata de Skol — nem precisou pagar por ela — "foi um presente".

(Uma cena, numa noite qualquer do mês passado. É contada pelo índio Lúcio Ferreira Menezes. Segundo ele, serve para caracterizar a vida na aldeia, depois que a multi ali se instalou. O clima é de insegurança): — Quase que eu saí de casa para tentar calar a boca daquele homem. A gente estava para dormir, quando de repente, bastante bêbado, o tuxaua (apelido de um funcionário da Elf, dado pelos próprios índios) passou gritando os piores palavrões que se pode imaginar. Perguntando se aqui havia homem para aguentar com ele. Não sei se alguém saiu para enfrentá-lo. Acho que não, porque depois de ficar meia, hora, indo e voltando



O depósito de bebidas poderá ser destruído pelos Sateré.

pela rua principal da aldeia, ele sumiu. No dia seguinte, fomos falar com o chefe dele. Dizem que o Tucunaré foi demitido.

Veze ou outra, um peão da Elf escapa do trabalho, ou mesmo no final da tarde e, vai para a aldeia. Até agora, que os índios saibam, nenhum mais embriagado, atacou alguma mulher. Porém, acabam causando grande confusão. Conforme o chefe da CBG há vários casos de demissão por isso — nada confirmado.

"No dia da reunião, o Antonio (também chamado pelos índios de Jaturana) me prometeu que não haveria bebida alcoólica. Nem precisava ficar preocupado, disse ele para nós", lamenta o tuxaua Donato. "De três em três dias, eles atiram um monte de latinhas de cerveja no rio. Apesar do pessoal fazer canecas com elas, nós pedimos para não jogarem mais".

Para o chefe do posto, está tudo bem. "Não é como há trinta anos atrás, quando eles chegaram explodindo bombas no rio, matando peixes, prostituindo índias", conclui Vitor Santana.

A reunião. "Era só mesmo para avisar", impor.

Qualquer justificativa não solucionaria o problema dos Sateré-Mawé, no entanto, assim que as multis jogaram a culpa na Funai, pelo descontentamento dos índios, este órgão retribuiu a acusação ao governo federal. Kasuto Kawamoto, da 1ª Delegacia, afirmou no dia 16 de outubro, que tudo vem pronto "lá de cima". "Em março estava lendo os jornais e vi que a Petrobrás, havia assinado contratos de risco com várias empresas (além da Elf, a Shell, a Esso, British Petroleum e a Ide Mitsui). Constatei porém que dentro das áreas dos contratos na Amazônia, havia uma que era indígena. Reclamei com Brasília, fiz um relatório, reunimo-nos com a Braselfa e ficou certo que as picadas e as clareiras seriam indenizadas".

Pelo menos a experiência foi válida ao delegado: "Não irá ocorrer mais isso. Daqui por diante, antes de se assinar o contrato de risco, se incidir em área indígena, o governo exigirá que a multi apresente uma série de propostas. Daí sentarmos com os índios, antropólogos e as discutiremos. De qualquer maneira eles são sempre prejudicados com alguma atividade em suas terras, é questão de minimizar os danos".

Então, a Funai ficou encurralada. Kasuto diz que foi marcada uma reunião apenas para avisar os índios de que a empresa entraria e não havia como impedir.

Porém, aos Sateré foi diferente: os 18 tuxauas da nação é que iriam decidir.

Uma série de desencontros se desencadearam depois. Alguns, ninguém pode justificar, como o fato do chefe do posto em Ponta Alegre, ter andado por todas as aldeias para persuadir os tuxauas a não aceitarem de forma alguma a entrada da multinacional ("E mesmo que ele não falasse, nós sabemos o que é bom para nosso povo", comentou depois o tuxaua geral, Donato Paz).

Só que Vitor Santana mudou de idéia na reunião, brigou com os 18 tuxauas e apenas um, o Antonio Miçuilis, da mesma Aldeia Ponta Alegre, ficou do seu lado — aliás, é um aliado que Vitor conseguiu entre os índios a custo não se sabe do que. Mas, neste interim os trabalhos foram paralisados por dez dias. E este foi um dos argumentos da Funai: "Se o impasse continuar eles vão cobrar indenização pelos dias parados".

Usou-se de toda pressão e, os tuxauas crentes de que tinham poder para expulsar a multi. Não concordaram com a entrada da Elf — e embora Kasuto Kawamoto afirme que haverá indenização, na reunião não ficou nada decidido. "Daí o Antonio prometeu que ninguém ia perturbar na aldeia, não haveria bebida alcoólica, não desmatariam, em dois meses iriam embora, as picadas e clareiras depois disso, estariam praticamente refeitas", narra Donato. "Até me levaram de helicóptero para ver a picada, pensando em me enganar".

Terminou a reunião e mesmo sem convencer os índios, a multi ficou, não cumpriu com a palavra... A reunião foi gravada por um Sateré, sem que ninguém soubesse...

Futuro dos Sateré. Nas mãos de uma multinacional?

Os Sateré reconhecem que foram literalmente enganados pela Funai. Mas, têm esperanças de vencer, assim como o fizeram quando o governo queria construir a estrada ligando Maués a Itaituba, que passaria no centro de sua área. Por isso já tomaram algumas decisões: se a Elf continuar distribuindo cerveja na área, um grupo de índios irá destruir o depósito de bebidas alcoólicas; nenhum Sateré terá permissão para trabalhar na empresa estrangeira; depois que forem concluídos os levantamentos sísmicos, será proibida a reentrada de qualquer empresa petrolífera.

Segundo Antonio Pereira da CBG, os estragos, causados na fase inicial, são poucos. Trata-se apenas de um levantamento sísmico, de abalo do solo. "Nós estamos

abrindo picadas, cortando a região indígena vertical e horizontalmente. Ao todo são 250 quilômetros (dos quais ao menos 60 estão na reserva). De três em três quilômetros abrimos uma clareira de cem por trinta metros de área, para pouso de helicóptero".

Depois de abertas as picadas, serão explodidas dinamites de um quilo, a cada quatro metros. Nesses furos são ligadas extensões de um cabo magnético de 9,6 quilômetros. Um computador na extremidade registrará a constituição do subsolo, se há camadas rochosas ou lençóis — que podem ter água, gás, petróleo ou mesmo nada.

"Todo este processo de sismografia, não detecta, portanto, se há ou não petróleo, apenas as condições de perfuração", comenta Antonio acrescentando, "e a CBG foi contratada pela Elf para fazer esse trabalho inicial. Daqui dois meses sairemos de Ponta Alegre, iremos ao Mamuru e mais dois meses e os trabalhos estarão terminados. De lá enviaremos os dados a Belém, onde serão analisados. A partir disso a Elf tem obrigatoriedade, conforme o contrato de risco, de perfurar um poço dentro do seu bloco que abrange Canumã, Barreirinha, Maués, Mamuru, Andirá e Tapajós, já no Pará.

Há mais ou menos trinta anos, a Petrobrás perfurou um poço em Ponta Alegre, jorrou petróleo porém, em quantidade não comercial. A técnica empregada na época não era tão eficiente. Para fazer os estudos sísmográficos, as bombas eram detonadas no rio, como uma forma de evitar picadas, doenças na mata, mão de obra.

Após essa fase inicial, os índios pretendem impedir que a Elf retorne, o que está programado para um ano após a entrega dos dados. "Eles têm muito espaço, não precisam entrar em nossa área", justifica o tuxaua geral, "não são parente nosso, são inimigos, brancos".

Se a reserva for escolhida para a perfuração de um poço ou mais, a Funai diz que dará todo apoio. "Não podemos impedir", argumenta Kasuto, "teremos que exigir a indenização e se ficar muito próximo a alguma aldeia, transferi-la para outro local".

Atestado de óbito, à Amazônia. É a saída para todo Ocidente

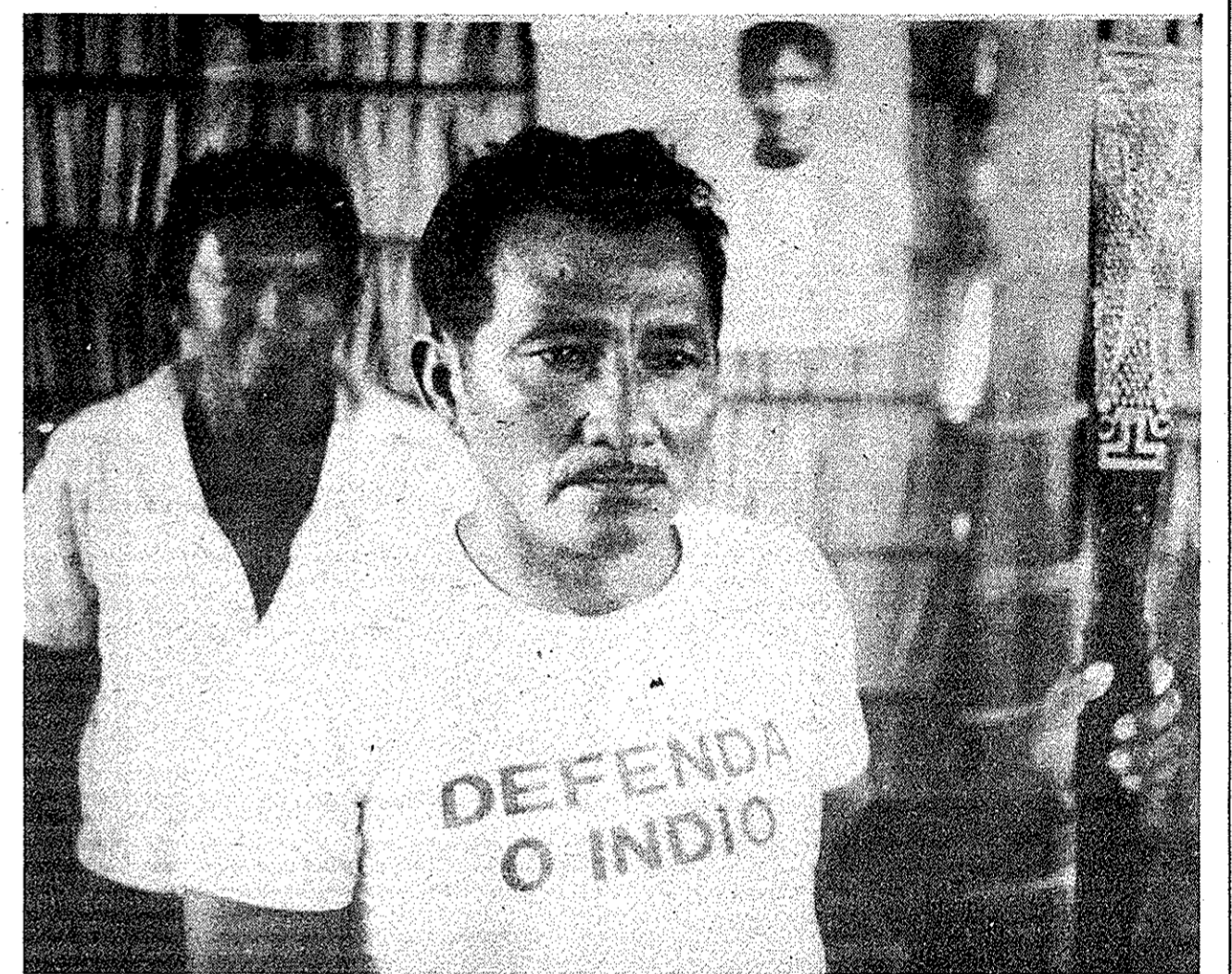
Nunca, desde 53 quando foi criada, a Petrobrás, investiu tanto em um só projeto. Só em Juruá, com a descoberta de uma reserva de gás de 5 bilhões de metros cúbicos, já foram gastos mais de 1 bilhão de cruzeiros. Para a Amazônia, incluindo a costa do Pará, Acre, Roraima, Amapá, Médio, Alto e Baixo Amazonas, serão gastos 12 bilhões de dólares, até que os postos estarão produzindo ao menos para cobrir as despesas. Mesmo que isso signifique devastação.

Em última análise, segundo Kasuto Kawamoto, a Petrobrás é responsável por tudo, pois assina os contratos de risco. E falar em desmatamento para seus técnicos, é o mesmo que uma piada. "Desmatamento? — ironizam — a Petrobrás não desmata. Apenas abre clareiras e faz picadas". Essa é a justificativa de altos funcionários em resposta a algumas acusações feitas por indígenas e órgãos ligados à preservação ecológica, que se houver combustível em alta escala comercial, será o óbito para a floresta e consequentemente aos índios que não vivem sem ela.

Pensa-se inclusive, admitiram as mesmas fontes da Petrobrás, na construção de um faraônico gasoduto ligando Juruá a São Paulo. Mesmo que para isso se tenha que engavetar o gasoduto de Santa Cruz de La Sierra, da Bolívia à São Paulo, o que não seria nenhuma novidade.

Tudo começou na década de 50, quando o CNP fez as primeiras explorações na Amazônia. Em 56, a Petrobrás perfurou o primeiro poço em Nova Olinda (AM) — o famoso NO-1AZ — que deu em nada. Foram instaladas ainda, cerca de 15 sondas em Ponta Alegre, Maués, Autaz Mirim — no Amazonas; e na Ilha do Marajó (PA), Carajás (MA) e Acre. Contudo a nova corrida só começou com a descoberta do Juruá-1, em 76, que possibilitou a duplicação da reserva nacional. Agora são duas frentes: a de Campos (RJ) em água e a de Juruá, em terra.

Os técnicos e economistas só veem três alternativas para justificar a nova política da Petrobrás em jogar "todas as esperanças" e tanto investimento na Amazônia:



Tuxaua Donato Lopes reúne seu povo contra as multis.

"ou a empresa tem certeza de estar em cima de um grande reservatório, ou está aplicando na única fonte energética que lhe resta — confirmando assim o desrespeito no Proálcool, ou então está programando a abertura definitiva da Amazônia às potências internacionais".

Parintins, por exemplo (24 horas de barco de Manaus), não é a mesma cidade. Ela está servindo de base para a Shell e a Elf Equitaine. A voz metálica do vereador José Maria Pinheiro (PP), soando forte por um alto falante de sua Belina, dá provas disso:

— Assim não dá, as autoridades têm que se sensibilizar. Parintins está há um mês sem gasolina. E os que estão ouvindo na praça principal, comentam com gestos de aprovação. Um ou outro mais exaltado berra alguma blasfêmia em sinal de apoio. E que o governo determinou aos únicos dois postos da cidade que devem abastecer as multis, prioritariamente.

Mas poucos sabem disso. A vida mudou na pequena cidade de quase 50 mil habitantes, com a movimentação de pessoas novas, de "aparência diferente", consideradas erroneamente como turistas, que passaram a abar-

rotar os hotéis. São na verdade, os técnicos e engenheiros estrangeiros das multis do petróleo. De repente eles chegam, fazem compras, colocam aviso na rádio, de que estão precisando de braçais... Daí 15 dias, um mês no máximo, estão de volta.

O pastor Eduardo França Lessa, que se diz representante pela Funai — não oficial, dos Sateré-Mawé, tem servido de tradutor aos estrangeiros. "As multinacionais? "Espanta-se ele, "Ninguém sabe de nada não. Nunca perguntei a eles sobre petróleo. Só posso garantir que não estão em área indígena. Conheço a região como a palma de minha mão. Já estou há 30 anos na Amazônia. Mas em terra de índio eles não estão não. Qualquer notícia é falsa, além do mais, a lei permite exploração do subsolo. Se a informação é de algum índio, melhor nem acreditar porque eles são mentirosos prá xuxu".

Quem salvou a Amazônia, para o pastor, foi o ex-presidente francês Charles De Gaulle, ao propor sua internacionalização. "O governo se viu obrigado a ocupar logo, isso aqui".

Nem todos em Parintins, todavia, concordam com ele. A vereadora Germiniana Bringel, do PMDB, acha que está acontecendo ao contrário. "Através das várias explorações o governo está entregando a Amazônia aos estrangeiros". Ela não sabe porque tem chegado tanto "americano" na cidade, recentemente. "Vou mandar investigar para ver se descubro porque tantos estrangeiros. Sou contra eles, pois querem acabar com o pulmão do mundo". Por coincidência, neste início de outubro, o prefeito da cidade estava no exterior: "tratando dos problemas de Parintins".

Será o fim da Amazônia? Mesmo que seja, os Sateré-Mawé estão em guerra — falam todos os tuxauas e as lideranças indígenas Sateré. E irão lutar até que chegue ao final. Uma série de entidades e órgãos de Manaus, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro estão sendo agilizados. Os índios querem formar uma frente de combate, querem defender suas terras, pois dela vem suas vidas, sua sobrevivência. "Ainda restam esperanças, nós vamos vencer". E a batalha já começou.



Há cerca de trinta anos, a Petrobrás perfurou este poço na aldeia de Ponta Alegre (Fotos Eurípides Claiton).